

Requerimento de Comissão

1442/2023

Senhora Presidente,

Requeiro à Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, I e II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Prefeito de Belo Horizonte, ao Sr. Mário Werneck, Secretário Municipal de Meio Ambiente, e à Sra. Adriana Branco, Secretária Municipal do Esportes e Lazer, pedido de informação sobre o campo de futebol no bairro Nova Gameleira.

Em resposta ao Requerimento de Comissão nº 219/2023, por meio do “OFÍCIO 0100/2023/SLU/SMGO”, foi informado que:

[...] a referida área é de propriedade da União, mas está sob a gestão do Estado de Minas Gerais. Quanto aos serviços de limpeza urbana o entorno do referido local - ruas Dom Oscar Romero, José Thiago da Silva, Nícias Continentino e Josué de Menezes - conta com os serviços planejados, a saber:

- coleta de lixo domiciliar com frequência alternada, sempre às segundas, quartas e sextas-feiras;*
- serviço de varrição com frequência quinzenal;*
- serviço de capina com frequência trimestral.*

Quanto às medidas já tomadas pela Superintendência de Limpeza Urbana - SLU/PBH para evitar que o local seja utilizado de forma inadequada e a possibilidade de instalação de um Ponto Limpo no local, informamos que foi realizada, no período de 08 a 12 de agosto de 2022, Mobilização da População, em conjunto com a Gerência de Fiscalização Oeste, visando o combate da deposição clandestina, com campanha

educativa, instalação de ponto limpo e ponto verde com Placa Educativa e plantio de mudas no local.

Apesar das informações e das medidas já tomadas, ainda continuam ocorrendo deposições clandestinas no campo. Diante disso, questiona-se:

1 – Apesar da realização de campanha educativa e da instalação de ponto limpo no local, ainda continuam realizando a deposição clandestina no campo, o que constitui crime ambiental. Quais outras medidas podem ser tomadas pela Prefeitura para solucionar o problema e acabar de forma definitiva com o descarte irregular de lixo no local?

2 – Há a possibilidade de o referido campo de futebol fazer parte do Programa “Várzea Viva” desenvolvido pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL)? Em caso positivo, quais as condições e processos necessários para que o campo faça parte do referido programa?

Sem mais para o momento, reforço os votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2023.

FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por
FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Dados: 2023.05.29 12:36:23 -03'00'

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ
NOVO

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

ANEXO



[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)**RELATÓRIO**▼ **RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001**

Data de verificação 29/05/2023 15:52:20 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ **Informações do arquivo**

Nome do arquivo 29.05.2023 - Pedido de Informação - Campo Bairro Nova Gameleira.pdf
Resumo SHA256 do arquivo 5d9d86550449a6da9f270784e2c6888959db51f37e753fa920948308ff208cc9
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ **BR Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:***198986**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR**

▼ **Informações da assinatura**

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 29/05/2023 15:36:23 UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ **Informações do assinante**▶ **Caminho de certificação**▶ **Atributos**

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
29/5/23

1654
Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO
1443/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Senhor Danilo Borges Matias, Secretária Municipal de Saúde, pedido de informação sobre o Castramóvel (unidade móvel de castração).

Sabe-se que uma alternativa para os moradores em vulnerabilidade social de Belo Horizonte que precisam realizar a castração gratuita de animais é recorrer ao Castramóvel, um veículo itinerante que percorre os bairros.

Dessa forma, solicitamos as seguintes informações:

1. Qual é a prioridade e periodicidade de atendimento da unidade móvel de castração da PBH:
2. Existe programação para esta unidade nas Vilas e Favelas, uma vez que há grande concentração de animais nestes territórios e que a população enfrenta maior dificuldade para levar o bicho para um dos centros fixos de castração da PBH:
3. Há um cronograma já estabelecido para o ano de 2023?

4. O Bairro Serra será atendido pelo castramóvel?

5. Qual o número de castração realizada pela unidade móvel em 2022?

Belo Horizonte, 29 de maio de 2023

PEDRO LUIZ
NEVES VICTER
ANANIAS:039
50063684

Assinado de forma
digital por PEDRO LUIZ
NEVES VICTER
ANANIAS:03950063684
Dados: 2023.05.29
13:53:53 -03'00'

Pedro Patrus
Vereador do PT

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

Instituto Verificador de
Tecnologia da Informação[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 29/05/2023 17:07:40 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Pedido Informação - Castramóvel.docx.pdf
Resumo SHA256 do arquivo e6c51744e093ab141102c60da70a0da12ceb357b0af1548f6cd05847a11daf53
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=PEDRO LUIZ NEVES VICTER ANANIAS:***500636**, OU=Certificado
PF A3, OU=Videoconferencia, OU=09461647000195, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-
Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 29/05/2023 16:53:53 UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
29 / 5 / 23

Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO

1484/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada audiência pública, no dia **19/06/2023 (segunda-feira), às 13h30min, no Plenário Camil Caram.**

A audiência pública tem a finalidade de debater sobre a licença ambiental e a utilização da reserva florestal da Vallourec (Parque Ecológico). O debate em torno da licença ambiental e sua relação com as obras realizadas em terrenos, especialmente quando se trata da utilização de uma reserva florestal como a Vallourec, torna-se uma questão de extrema importância para a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, é fundamental analisar os aspectos legais, sociais e ambientais envolvidos, a fim de promover um diálogo construtivo e encontrar soluções que conciliem as necessidades de desenvolvimento com a proteção dos recursos naturais.

Sugiro que sejam convidados:

- Sérgio Augusto Domingues - Presidente da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica
- José Reis Nogueira de Barros - Secretário Municipal de Meio Ambiente
- Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A
- Log Commercial Properties - Setor de Desenvolvimento Imobiliário
- Bruno Campera - Diretor Métodos Educativos do Grupo Escoteiro Coronel Vicente Torres Júnior - GEVIT107



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

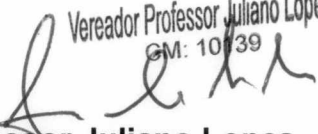
- Rodrigo Jardim - Diretor Presidente do Grupo Escoteiro Coronel Vicente Torres Júnior - GEVIT107
- Hérika Jardim - Diretoria de Métodos Educativos do Grupo Escoteiro Coronel Vicente Torres Júnior - GEVIT107
- Ana Paula Vasconcelos - Diretora Administrativa do Grupo Escoteiro Coronel Vicente Torres Júnior - GEVIT107
- Lidiane de Souza Monteiro - Coordenadora de Atendimento da Regional Barreiro
- Davi Augusto - Representante do Grupo de Ciclistas do Barreiro

Para subsidiar a referida reunião, solicito à Divisão de Consultoria Legislativa que elabore nota técnica sobre o assunto.

Belo Horizonte, 31 de maio de 2023.


Vereador Wanderley Porto

PATRIOTA



Vereador Professor Juliano Lopes
GM: 10/39
Professor Juliano Lopes

AGIR

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana.

Proposição Inicial Avulsos distribuídos em: <u>02 / 06 / 23</u>  Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

1489/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 48, §3º do Regimento Interno, que seja agendada por esta Comissão uma visita técnica *in loco*, no dia 27/06/2023 às 09:30, ponto de encontro na *Rua Rosa Nejme Bitar, 160 – Jardim dos Comerciantes – CEP 31 650 200*.

Essa visita técnica se justifica pois trata-se de área pertencente à Prefeitura Municipal que está localizada nas proximidades do ponto de encontro. Essa área está sofrendo com problemas como minas de água, vegetação densa e abandono, o que tem trazido preocupação aos moradores, em decorrência da proliferação de animais, insetos e pragas e esconderijo de marginais. Acreditamos que a visita técnica seria uma oportunidade para discutir possíveis ações, como limpeza, manutenção ou até mesmo o desenvolvimento de projetos para o aproveitamento adequado desse espaço e também da água.

Sugiro que sejam convidados:

- Leandro César Pereira – Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura – gabinete.smob@pbh.gov.br
- Sílvio Higino de Rezende - Coordenador de Atendimento Regional Venda Nova – care-vn@pbh.gov.br
- José Reis Nogueira de Barros – Secretário Municipal de Meio Ambiente – smma@pbh.gov.br

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 142021
DATA 29/06/23
HORA 12:21

512 3396



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Claudius Vinicius Leite – Cia Urbanizadora de Belo Horizonte – URBEL
- urbel@pbh.gov.br
- Leonardo José Gomes Neto - SUZURB - Subsecretaria de Zeladoria Urbana - suzurb-obi@pbh.gov.br

Belo Horizonte, 02 de junho de 2023.

CIRO DANIEL DE SOUZA PEREIRA Assinado de forma digital por CIRO DANIEL
DA SILVA 01507345658 DE SOUZA PEREIRA DA SILVA 01507345658
Data: 2023.06.02 12:45:09 -03'00'

Vereador Ciro Pereira
PTB

Exmo. Sr. CIRO PEREIRA

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 02/06/2023 16:25:33 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo REQUERIMENTO nº 26 para visita técnica R. Rosa Nejme Bitar Jardim Comerciaários- Jessé.pdf
Resumo SHA256 do arquivo 62db1f2bed14c0ed2b0d3ba8f2fdc95948bae1f2e43e68a30fd7815ec5437838
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=CIRO DANIEL DE SOUZA PEREIRA DA SILVA:***073456**, OU=videoconferencia, OU=09155925000186, OU=(EM BRANCO), OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

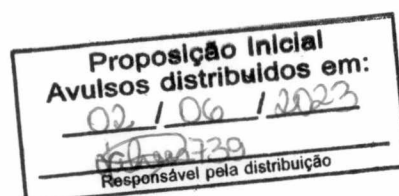
▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 02/06/2023 15:45:09 UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇOEXPANDIR
ELEMENTOSModo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

1490/2023

Requeiro a V. Exa. e aos demais membros desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada uma **Visita Técnica no dia 30/06/2023, às 11h, com o objetivo de um estudo técnico sobre possibilidade de intensificar a limpeza mais regular do trajeto da passarela – Estação Horto.** Sugiro como ponto de encontro, a rua Sílvia Freire, 31 - CEP: 31035-070, no bairro Horto, regional Leste da capital.

A passarela que leva os usuários à estação Horto, em ambas direções, vem sofrendo com lixo acumulado diariamente, prejudicando a passagem dos usuários, bem como intensificando o risco de contato com objetos cortantes, fonte de desenvolvimento de mosquitos, mau cheiro e degradação do ambiente.

Para a realização desta Visita Técnica, sugiro a presença das seguintes autoridades e representantes:

- **CARE-L** - Elson Alípio Júnior;
- **SMMA** - José Reis Nogueira de Barros;
- **SLU** - Sérgio Luiz.

Caso alguma intervenção estiver planejada para as áreas mencionadas, solicito que os representantes levem os respectivos documentos no dia da visita.

Belo Horizonte, 02 de junho de 2023.


Vereador Wilsinho da Tabu
Partido Progressistas

A Sua Excelência o Senhor

Vereador Ciro Pereira

Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana



CÂM Requerimento de Comissão D HORIZONTE

1491/2023

Requeiro a V. Exa. e aos demais membros desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada uma **Visita Técnica no dia 29/06/2023, às 10h, para avaliar a viabilidade de um estudo técnico visando o desenvolvimento social do quarteirão da rua Deputado Sebastião Nascimento, altura do número 126, CEP: 30575-410, compreendido entre rua Barroso Neto e rua Manila – bairro Palmeiras, situado na regional Oeste da capital.**

O objetivo desta visita técnica é verificar a situação atual da mencionada via que necessita, urgentemente, de asfaltamento, urbanização, implementação da devida sinalização para ordenamento do trânsito e construção de passeio para aumento da sensação de segurança e pertencimento cidadão.

Torna-se assim, de extrema importância, a presença das seguintes autoridades e representantes:

- **BHTrans** - Julia Costa Gallo;
- **CARE-O** - Luciane Carvalhais;
- **CEMIG** – Reynaldo Passanezi Filho;
- **SMOBI** - Leandro César Pereira;
- **SUDECAP** - Henrique de Castilho Marques de Sousa.
- **URBEL** - Claudius Vinicius Leite.

Belo Horizonte, 02 de junho de 2023.


Vereador Wilsinho da Tabu
Partido Progressistas

A Sua Excelência o Senhor
Vereador Ciro Pereira

Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
<u>02 / 06 / 2023</u>
<u>739</u>
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº

1492/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada uma visita técnica agendada para o dia 19/06/2023 (segunda-feira), às 9h30min, na Rua Dona Ambrozina, com a Rua Antônio Alves localizada no Bairro Diamante, região do Barreiro. O principal propósito desta visita é realizar a condição de estudo viário do entorno para implementação da sinalização viária.

A realização desta visita técnica se justifica pelo pedido dos moradores, em face da necessidade da implantação de sinalização viária em entorno do empreendimento construído com 500 moradias, na área do clube Colina. Próximo ao empreendimento está sendo construída uma unidade do SESI-MG e causará um grande impacto na circulação de veículos no entorno.

Sugiro que sejam convidados:

- Lidiane Monteiro, Coordenadora da Regional Barreiro.
- Júlia Gallo, Presidente da BHTrans

Ponto de encontro: Rua Dona Ambrozina, esquina com a Rua Antônio Alves, localizada no Bairro Diamante na região do Barreiro, Belo Horizonte - MG, 30660-030

Belo Horizonte, 02 de junho de 2023.

WANDERLEY DE
ARAUJO PORTO
FILHO:05239801673

Assinado de forma digital por
WANDERLEY DE ARAUJO PORTO
FILHO:05239801673
Dados: 2023.06.02 15:22:25 -03'00'

Vereador Wanderley Porto

PATRIOTA

Ao Senhor
Vereador Ciro Pereira
Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 02/06/23
HORA: 15:32

SIL 3406

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 02/06/2023 18:33:47 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Requerimento de visita tecnica- 19_06.pdf
Resumo SHA256 do arquivo afe8522f5e152289b29140ae8ad09ad1a5f32128171d3728b55497f02e7c59ef
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=WANDERLEY DE ARAUJO PORTO FILHO:***398016**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 02/06/2023 18:22:25 UTC

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
02/06/2023
LGM-526
Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº **1493/2023**

Senhor Presidente,

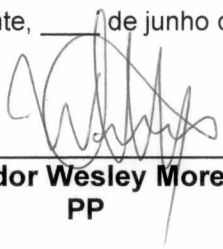
Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica no Campo Esportivo CDI, localizado na R. Nair Camilo dos Reis, nº 225 – Conjunto Jatobá, Regional Barreiro, com a finalidade de verificar as condições de transformar o local em um parque público. Faz-se necessária a presença do órgão ambiental municipal, pois se trata de um local em área de preservação. Além disso, a presença da guarda municipal é importante para avaliar os diversos relatos de furtos reincidentes no local. A referida visita ocorrerá no dia **12/06/2023, segunda-feira**, às **8h30** com ponto de encontro no mesmo endereço.

Sugiro sejam convidados:

NOME	POSIÇÃO	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
Sr. Josué Valadão	Sec. de Governo	Av. Afonso Pena, 1212 - 5º andar, Centro - BH/MG	(31) 3277 4001	smgo@pbh.gov.br
Sra. Lidianie Monteiro	Coordenadora Regional Barreiro	Rua David da Fonseca, 1147 – 2º andar – Milionário, BH/MG	(31) 3277 4894	care-b@pbh.gov.br
Sra. Adriana Branco	Sec. Mun. de Esportes e Lazer	Rua dos Timbiras, 628 – 8º andar – Centro, BH/MG	(31) 3246 7049	abranco@pbh.gov.br
Sr. José Reis	Sec. Mun. de Meio Ambiente	Av. Afonso Pena, 342 – 7º Andar – Centro, BH/MG	(31) 3246 0509	smma@pbh.gov.br gab.smma@pbh.gov.br
Sr. Júlio César Freitas	Com. Da Guarda Civil Municipal	Av. dos Andradas, 195 – Centro	(31) 3277 4450	cmtgmbh@pbh.gov.br
Sr. Adão da Silva	Morador	-	(31) 98505 2890	adao7815@gmail.com
Sr. José Leone	Morador	-	(31) 99770 1417	leonegalogura@gmail.com
Sr. Paulo Henrique	Sócio da Empresa Perfinaco	R. Nair Camilo dos Reis, 370 – CDI	(31) 3385 6166	paulohenrique@perfinaco.com.br viviane@perfinaco.com.br
Sr. Lucio	Diretor da Empresa Bloco Sigma	R. Nair Camilo dos Reis, 30 – CDI	(31) 99900 0200	lucio@blocosigma.com.br
Sr. Beivert	Representante da empresa ENALUB	R. Nair Camilo dos Reis, 111 – CDI	(31) 3385 6400	compras@jairoleos.com.br
Sr. Ronaldo	Diretor da Empresa BELOAÇO	R. Solferina Ricci Pace, 390 – Vale do Jatobá	(31) 3385 6299	adm@belaco.com.br

Durante a visita técnica, os representantes da Prefeitura deverão apresentar as informações referentes às possíveis soluções e os respectivos prazos de implantação.

Belo Horizonte, _____ de junho de 2023.


Vereador Wesley Moreira
PP

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

02 / 06 / 2023

Responsável pela distribuição

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

CHBH_DIREC-02/Jun/23-15:43:29-003184-1

105 715 3407



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DOS ANIMAIS E POLÍTICA URBANA

PARECER EM 2º TURNO AO PROJETO DE LEI Nº 408/2022

1. RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 408/2022, que “Altera a Lei nº 8.616/03, que contém o código de posturas do Município, dando nova redação ao parágrafo único do art. 116 e acrescentando o parágrafo único-A ao art. 116.” de autoria da Ver. Duda Salabert; e dos vereadores Irlan Melo e Pedro Patrus, vem a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Políticas Urbana, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer, sob a responsabilidade desta relatoria.

Por conseguinte, os pareceres das Comissões a que foi distribuído, obedecendo assim ao Regimento Interno, o Projeto de Lei nº 408/2022, foi aprovado em primeiro turno de discussão em reunião plenária.

Tendo a proposta recebido emenda, e sendo o segundo turno o momento oportuno para apreciação dessa espécie de proposição, conforme os dispositivos regimentais. A proposta voltou a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana para receber parecer.

Na função de relator designado pela matéria, segue fundamentação, parecer e voto, quanto àquilo que compete à Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 52, IV, “h”, do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei em análise tem como objeto alterar a redação do parágrafo único do art. 116 e acrescentar um “parágrafo único - A” ao mesmo artigo da “Lei nº 8.616/03 que Contém o Código de Posturas do Município”, com a finalidade de ampliar os trabalhos no Município de Belo Horizonte. Por conseguinte, após a tramitação da proposição em primeiro turno nas Comissões foi apresentado um substitutivo-emenda ao projeto de lei.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 30/05/23
HORA: 13:56



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Logo, a vereadora Fernanda Pereira Altoé apresentou um substitutivo-emenda nº 1, com propósito adequar o texto do projeto de lei, além de assegurar que a mobilidade urbana não sofrerá consequências, visto que as vias públicas tem como função facilitar a circulação e desenvolver relações sociais e econômicas. Nesse sentido, o projeto segue nos seguintes termos:

Art. 1º - O art. 116 da Lei nº 8.616, de 14 de julho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 116 - O exercício de atividades em logradouro público depende de licenciamento prévio junto ao Executivo.

§ 1º - O Executivo poderá licenciar, para o exercício em logradouro público, as seguintes atividades, sendo facultada a inclusão de novas atividades por meio de regulamento próprio, desde que não bloqueie as vias públicas, não ofereça transtorno à mobilidade urbana e observe as limitações previstas neste Código:

I - em banca;

II - em veículo de tração humana e veículo automotor;

III - exercida por pessoa com deficiência visual;

IV - de engraxate;

V - evento; VI - feira;

VII - em quiosque em local de caminhada;

VIII - exploração de sanitário público; IX - lavador de veículo automotor.

§ 2º - O licenciamento para atividades comerciais em logradouro público durante os finais de semana, pontos facultativos e feriados poderá ser simplificado, conforme procedimento previsto em regulamento.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Portanto, a nova redação não altera o mérito do projeto, apenas tem a finalidade de adequar o texto original, contudo, entendo pela aprovação da emenda. Tendo em vista, que não apresenta nenhum prejuízo quanto às posturas municipais, pois seu propósito é colaborar com desenvolvimento econômico municipal.

Além disso, o projeto consiste na expansão do rol legal de atividades econômicas permitidas em logradouro e sejam regularizadas dando segurança jurídica aos trabalhadores. Por conseguinte, a emenda tem a finalidade de garantir a organização da mobilidade urbana, mas gerando renda de forma licenciada em prol



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

das posturas do Município de Belo Horizonte. Dessa forma, compete a esta Comissão analisar a proposta quanto ao mérito, sobretudo em observância ao art. 52, IV, “h”, matéria referente a posturas municipais.

Diante do exposto, no que tange exclusivamente à análise da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana da Câmara Municipal de Belo Horizonte, não vislumbro óbice quanto à disposição da matéria.

3. CONCLUSÃO

Portanto, ante as razões expostas, opino pela aprovação da emenda 1 e do Projeto de Lei nº 408/2022.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2023.

WANDERLEY DE ARAUJO Assinado de forma digital por
PORTO WANDERLEY DE ARAUJO PORTO
FILHO:05239801673 Dados: 2023.05.30 13:49:59 -03'00'
Vereador Wanderley Porto
PATRIOTA

INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 30/05/2023 16:59:20 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer PL 408_2022 - Meio Ambiente .pdf
Resumo SHA256 do arquivo 3f4861ce72db18095f09443c66b83f61a850e247213b01c046db096d3f948233
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=WANDERLEY DE ARAUJO PORTO FILHO:***398016**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 30/05/2023 16:49:59 UTC

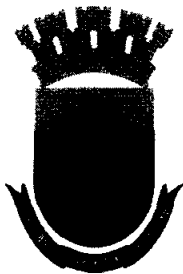
► Informações do assinante

► Caminho de certificação

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 531/2023 COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DOS ANIMAIS E POLÍTICA URBANA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

De autoria dos Vereadores Wanderley Porto; Ciro Pereira; Juninho Los Hermanos e Miltinho CGE, o Projeto de Lei nº 531/2023 que *"Altera a Lei nº 8.565/03, que dispõe sobre o controle da população de cães e gatos e dá outras providências"*.

Designado Relator para exame da matéria, nos termos das alíneas "a", "b" e "c" do inciso IV do art. 52 do RI, passo a fundamentar o presente parecer e a emissão de voto.

FUNDAMENTAÇÃO

Os nobres Vereadores têm por objetivo proibir a eutanásia de cães e gatos apreendidos e não resgatados em caso de não adoção, bem como a majoração do valor da multa àqueles que abandonarem os animais em logradouros públicos e privados. Nesse sentido, ao justificarem a proposição os parlamentares argumentam:

"Atualmente a Lei nº 8.565/03, que dispõe sobre o controle da população de cães e gatos, prevê um valor irrisório para quem abandona esses animais. Uma das formas de combater esse problema é por meio do aumento da multa para quem abandona animais. Aumentar o valor da multa pode ser um importante incentivo para que as pessoas pensem duas vezes antes de cometerem esse crime, além de ajudar a conscientizar a população sobre a importância de cuidar adequadamente dos animais. Além disso, é fundamental que haja campanhas educativas sobre guarda responsável e esterilização de animais, para evitar a superpopulação e, conseqüentemente, o aumento do número de animais abandonados nas ruas."

Vereador Marcos Crispim. Gabinete: B-319. Avenida dos Andradas, 3.100, Santa Efigênia - BH. CEP: 30260-900.

Tel.: 3555-1166 e 35551167. E-mail: ver.marcoscrispim@cmbh.mg.gov.br

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 03/06/23
HORA: 11:02

É prudente ressaltar que o exame do retromencionado Parecer pela egrégia Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, cinge-se tão somente ao mérito da proposição, razão pela qual não irá incursionar em discussões acerca da matéria jurídica, especialmente no que se refere à legalidade ou ilegalidade do PL, cuja análise foi da competência da Comissão de Legislação e Justiça. Essa, por sua vez, emitiu parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da proposição.

De maneira preliminar, faz-se necessário evidenciar, à luz dos ditames legais, que o dever de tutela aos animais possui estreita relação com as atribuições da presente Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana. Nesse sentido, destaca-se a criação de vários diplomas tratando da importância da proteção aos animais, tais como o Decreto-Lei 3.688 de 3 de outubro de 1941 e a Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. O primeiro texto jurídico ganhou o nome de “Lei das Contravenções Penais” enquanto o segundo ficou conhecido como “Lei dos Crimes Ambientais”.

No sistema jurídico pátrio, o tema perpassa normas civis, penais e, principalmente, constitucionais, uma vez que a Magna Carta previu, no art. 225, §1º, inciso VII, a vedação à crueldade aos animais. O inciso VII do §1º do art. 225 da CR/88 demonstra que o parâmetro adotado como escolha política do legislador brasileiro ao princípio da dignidade dos animais é a senciência, o que pode ser inferido pela utilização do termo “crueldade”. Nesse diapasão, há duas formas de interpretar o referido dispositivo: uma considera que a proteção ali estabelecida à fauna é decorrente do direito humano ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao passo que a outra, defende um direito autônomo de proteção dos animais contra a crueldade, independentemente de uma finalidade de cunho utilitário, como a preservação de espécies e ecossistemas.

Não obstante a existência da tutela legal, na prática, até hoje, os animais são tratados como um bem “patrimonial”. Com isso, o “proprietário” acredita que pode dispor sobre a vida e a sorte deles. Não é raro assistir, aos abusos cometidos contra os animais tendo em vista não haver fiscalização eficiente por parte do Poder Público, além disso, as normas jurídicas existentes (que poderiam proteger o animal), muitas vezes não são efetivamente aplicadas. Vale frisar ainda, que o Brasil é um dos países mais populosos em relação aos animais de

estimação, e esses, por serem considerados seres “sencientes” são dotados de sensibilidade.

No que se refere aos aspectos doutrinários acerca do tema, Peter Singer é o principal expoente da corrente protecionista. Foi devido à sua obra denominada “*Animal Liberation*”, lançada em 1975, que a questão animal ganhou notoriedade no meio acadêmico. Nessa, bem como em outras obras, tais como “*Ética Prática*”, o autor dedicou atenção especial aos animais, defendendo que estes deveriam ser incluídos na “consideração moral do ser humano em razão de sua senciência”.

Singer (1998, p. 67) explicita que é a capacidade de sofrimento dos animais que deveria levar os humanos a considerar o “princípio da igual consideração de interesses”, *in verbis*:

Tendo aceito o princípio da igualdade como uma sólida base moral para relações com outros seres de nossa própria espécie, também somos obrigados a aceitá-la como uma sólida base moral para relações com aqueles que não pertencem a nossa espécie: os animais não humanos. (SINGER, 1998, p. 67)

Na mesma seara da defesa dos direitos dos animais, Maria Cristina B. Veloso (2013) registra em sua obra intitulada “*A condição animal*” que o objetivo principal dessa corrente é o de eliminar o conceito de animais como “propriedade” e o de admitir sua relativa “autonomia”, além de observar a relevância de seus interesses biológicos e psicológicos elevando-os à categoria de pacientes morais e sujeitos de direitos (VELOSO, 2013, p. 53).

Como o cerne da proposição em comento é o de possibilitar o incentivo à guarda responsável de animais domésticos e a vedação à eutanásia de animais saudáveis, faz-se mister destacar que o autor Stelio Pacca Loureiro Luna, no livro “*Dor, senciência e bem-estar em animais*”, define que “senciência” é a capacidade de sentir, estar consciente de si próprio ou apenas do ambiente que o cerca (LUNA, 2008, p. 18). Nesse sentido enfatiza:

É inquestionável cientificamente de que pelo menos os animais vertebrados sofrem e são seres sencientes. A evidência de que os animais sentem dor se confirma pelo fato que estes evitam ou tentam escapar de um estímulo doloroso e quando apresentam limitação de capacidade física pela presença de dor, esta é eliminada ou melhorada com o uso de analgésicos. (LUNA, 2008, p. 18)

Desse modo, ao discorrer sobre o Projeto de Lei em apreço, estamos abordando o tema sobre a perspectiva do direito ambiental. No que se refere mais precisamente à análise do Projeto de Lei nº 531/2023, faz-se mister mencionar que ao tramitar pela CLJ, houve o encaminhamento do PL ao Executivo em uma

Vereador Marcos Crispim. Gabinete: B-319. Avenida dos Andradas, 3.100, Santa Efigênia - BH. CEP: 30260-900.

Tel.: 3555-1166 e 35551167. E-mail: ver.marcoscrispim@cmbh.mg.gov.br

Proposta de Diligência sobre o conteúdo da proposição. Após o exame, a PBH se manifestou com a seguinte argumentação:

Manifestamo-nos favoráveis às alterações propostas pelo Projeto de Lei nº 531/2023, que possibilitará o incentivo à guarda responsável de animais domésticos, bem como a vedação à eutanásia de animais saudáveis, ratificando a atuação do Município na busca pela saúde única. (...) a revogação sugerida pelo legislativo permitiria ao Município a adequação à legislação federal, bem como vedaria a visão higienista de adoção da eutanásia como forma de controle populacional de animais domésticos. (...) a majoração do valor das multas aplicadas é justificada pela necessidade de aplicação de ações punitivas na justa medida da gravidade dos atos praticados, para coibição da manutenção irresponsável de animais domésticos no Município, que acarreta danos aos animais, à segurança e saúde pública.

Ante o exposto, reforçamos o compromisso na defesa e bem estar da fauna de Belo Horizonte, com a promoção de políticas públicas efetivas e visando à saúde única, manifestando-nos favoráveis ao Projeto de Lei nº 531/2023.

Nessa perspectiva, a guarda responsável deve ser tratada como o dever ético e moral do guardião em assegurar ao animal, além do suprimento básico de suas necessidades, o carinho e o afeto de que eles tanto necessitam. Tal medida é necessária para que ocorra a mudança de tratamento dos animais e a compreensão acerca dos deveres dos guardiões. Nessa direção, é preciso que sejam potencializadas as políticas educativas sobre a guarda responsável e o efetivo combate aos casos de abandono e maus tratos aos animais.

Em relação à legislação municipal protetivas aos animais é possível destacar as seguintes normas:

DECRETO Nº 16.431, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016

Institui a Política de Proteção e Defesa dos Animais do Município de Belo Horizonte.

Art. 1º - Fica instituída a Política de Proteção e Defesa dos Animais no âmbito do Município de Belo Horizonte.

§ 1º - A Política de Proteção e Defesa dos Animais constitui um conjunto de princípios, diretrizes e objetivos voltados à concretização da proteção e defesa dos animais que compõem a fauna urbana, em cooperação com as demais instâncias municipais, estaduais e federais envolvidas, as instituições de ensino e pesquisa e a sociedade civil em geral.

§ 2º - A Política de Proteção e Defesa dos Animais será conduzida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por meio da Coordenadoria de Defesa dos Animais.

Art. 2º - Constituem diretrizes da Política de Proteção e Defesa dos Animais do Município de Belo Horizonte:

I - o fortalecimento da proteção aos direitos dos animais;

III - o estímulo à educação dos munícipes sobre os direitos dos animais e a conscientização sobre posse responsável, maus-tratos e conservação da fauna urbana; (grifo nosso)

LEI Nº 22.231, DE 20 DE JULHO DE 2016

Dispõe sobre a definição de maus-tratos contra animais no Estado e dá outras providências.

Art. 1º – São considerados maus-tratos contra animais quaisquer ações ou omissões que atentem contra a saúde ou a integridade física ou mental de animal, notadamente:

III – abandonar o animal; (grifo nosso)

Contudo, apesar da existência de legislação municipal protetiva aos animais, é imperioso que as leis se tornem mais rígidas visando coibir a prática de condutas lesivas. Portanto, é urgente revogar a alínea "b" do inciso II do Art. 25º da Lei nº 8.565, de 13 de maio de 2003, que estipula, *in verbis*:

Art. 25 - O animal apreendido e não resgatado pelo proprietário no prazo estabelecido pelo § 1º do art. 27, será encaminhado, a critério do órgão sanitário responsável, para:

(...)

II - eutanásia, em caso de:

(...)

b) animal não adotado (grifos nosso).

Também deve ser considerada, em caráter emergencial, a iniciativa parlamentar em majorar o valor da multa para quem abandona os animais. Tal ação é relevante, haja vista que, atualmente, o art. 36 da referida Lei, estipula o ínfimo valor de R\$ 100,00 (cem reais), para o praticante da conduta lesiva. Nesse sentido, visando adequar a legislação à realidade atual, os autores do Projeto de Lei em análise propõem a seguinte redação:

(...)

Art. 2º - O Art. 36 da Lei nº 8.565, de 13 de maio de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 36 - É proibido abandonar animal em logradouro público e privado, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Vale reiterar que as leis de proteção aos animais impõem a todos os indivíduos a obrigação de respeitar e zelar pelos animais e, em caso de não atendimento, os infratores devem sofrer sanções que efetivamente possam inibir a conduta lesiva.

Percebe-se, portanto que a preocupação dos parlamentares é a de trazer maior proteção aos animais. Nesta toada, a questão é objetiva, visto que o Projeto de Lei em destaque poderá trazer a melhoria da qualidade de vida para estes seres através do robustecimento da legislação.

Nessa perspectiva, a proposta em apreço merece prosperar e se encontra em conformidade com a Lei Orgânica de Belo Horizonte, que afirma no art. 7º, II que o Município exerce sua autonomia ao legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual, no que couber.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, sou pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei 531/2023.

Belo Horizonte, 01 de junho de 2023.

MARCOS
ANTONIO

CRISPIM:02749830
605

Assinado de forma digital
por MARCOS ANTONIO
CRISPIM:02749830605
Data: 2023.06.02
10:57:55 -03'00'

VEREADOR MARCOS CRISPIM

RELATOR

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO**▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001**

Data de verificação	02/06/2023 14:03:49 UTC
Versão do software	2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	Parecer do PL 531-2023 - Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	6f7401d770aef109ea251fc99d4d2009f0fde59ca5b54e1147c07135541148
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1

▼ BR Assinatura por CN=MARCOS ANTONIO CRISPIM:*498306**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR**

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	02/06/2023 13:57:55 UTC
Status dos atributos	Aprovados

▶ Informações do assinante**▶ Caminho de certificação****▶ Atributos**

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DOS ANIMAIS E POLÍTICA URBANA

PARECER EM 1º TURNO AO PROJETO DE LEI Nº 568/2023

1. RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 568/2023, que “Acrescenta inciso ao art. 37 da Lei nº 10.522/12, que “Institui o Sistema de gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil e Resíduos volumosos - SGRCC - e o Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos - PMRCC, e dá outras providências.” de autoria da Vereadora Janaína Cardoso, vem a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Políticas Urbana, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer, sob a responsabilidade desta relatoria.

Por conseguinte, o projeto de lei foi distribuído à Comissão de Legislação e Justiça, que apreciou a matéria e concluiu em parecer pela sua constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

Tendo sido designado relator para parecer da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, passo a emitir parecer sobre o projeto nos termos do Regimento Interno desta Casa, conforme art. 52, inciso IV, alíneas “a”, “b”, “g” e “h”.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise visa acrescentar à Lei n. 10.522/2012, que “Institui o Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos - SGRCC - e o Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos — PMRCC”, o inciso VI ao art. 37, que nomeia os infratores.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2023
DATA 20/05/23
HORA 13:27



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Logo, considerando que a Lei n. 10.522/2012 prevê no art. 36 como "infração administrativa toda ação ou omissão que viola as disposições estabelecidas nesta lei e nas normas dela decorrentes" e que o art. 37 considera os possíveis transportadores infratores. Portanto, não havendo menção para os condutores de veículos de tração animal, passando a ser incluindo. Nesse sentido, passa a vigorar da seguinte forma:

Art. 37 - São considerados infratores:

- I - o proprietário, o locatário, o síndico ou aquele que estiver, a qualquer título, na posse do imóvel;**
- II - o representante legal do proprietário do imóvel ou responsável técnico da obra;**
- III - o motorista e o proprietário do veículo transportador;**
- IV - a empresa transportadora;**
- V - o proprietário, o operador ou o responsável técnico da área para recepção de resíduos.**
- VI - o condutor do veículo transportador de tração animal."**

Desse modo, a proposta legislativa visa, aplicar a punição aos Condutores de Veículos de Tração Animal, responsáveis por descarte irregular de resíduos sólidos provenientes entulho e de resíduos de podas, sendo a partir de então penalizados. Além disso, é comum o descarte irregular de resíduos sólidos provenientes entulho e de resíduos de podas por parte dos carroceiros.

Ademais, o descarte inadequado dos resíduos contribui para a proliferação dos pontos críticos de lixo existentes na cidade. Visto que o lixo descartado em via pública gera uma série de problemas que refletem diretamente na vida da população, como a obstrução de canais e bueiros da cidade, o que acaba resultando em alagamentos em dias de fortes chuvas.

Além disso, o projeto de lei não altera a vigente Lei Nº 10.522, de 24 de Agosto De 2012, visto que se enquadra com seus respectivos artigos. Pois, tem como finalidade assegurar a forma correta que os geradores de resíduos da construção civil, públicos ou privados, responsáveis pela execução de obras de edificações, obtenham a forma correta de realizar o descarte dos materiais de forma lícita e principalmente contribuindo para o fim do transporte de tração animal.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Compete a esta Comissão analisar a proposta quanto ao mérito, sobretudo em observância ao art. 52, IV, "a", "b", "g" e "h", matéria referente a meio ambiente, a direito ambiental e à promoção do bem-estar animal; política de preservação, proteção e recuperação ambiental e programa de educação ambiental, regulamentação sobre edificações e as posturas municipais.

Diante das razões expostas relacionadas ao descarte inadequado de resíduos e visando à proteção do meio ambiente, opino, no que compete à análise da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana da Câmara Municipal de Belo Horizonte, não vislumbro óbice quanto à disposição da matéria.

3. CONCLUSÃO

Sendo assim, diante das razões expostas, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 568/2023.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2023.

WANDERLEY DE
ARAUJO PORTO
FILHO:05239801673

Assinado de forma digital por
WANDERLEY DE ARAUJO PORTO
FILHO:05239801673
Dados: 2023.05.30 13:49:17 -03'00'

Vereador Wanderley Porto
PATRIOTA

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO**▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001**

Data de verificação 30/05/2023 17:00:30 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer PL 568_2023 - Meio Ambiente .pdf
Resumo SHA256 do arquivo 425b9ab34457e3d17c5f05dbc124e4b09515ae665660693b7eff8e57b90174a2
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=WANDERLEY DE ARAUJO PORTO FILHO:*398016**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR**

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 30/05/2023 16:49:17 UTC

▶ Informações do assinante**▶ Caminho de certificação**

**AVALIE ESTE
SERVIÇO****EXPANDIR
ELEMENTOS****Modo escuro** ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RESPOSTAS EM PAUTA

15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DOS ANIMAIS E POLÍTICA URBANA

As respostas em pauta já foram publicadas e os conteúdos poderão ser consultados diretamente no Portal da Câmara Municipal, <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes>, na pesquisa pelo tipo de proposição “Requerimento de Comissão”, seguido do respectivo número do requerimento e do ano.